

GOVERNANÇA CORPORATIVA: A (RE) PERSONALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Orides Mezzaroba¹, Nathalie de Paula Carvalho², Valter Moura do Carmo³

Ao longo da história econômica, a eficiência do sistema de mercado começou a se chocar com a democracia, especialmente após as duas guerras mundiais. Atualmente, os setores econômicos são liderados por grandes grupos, que assumem a forma de cartéis e sufocam a livre concorrência. O governo do povo se enfraquece à medida que o capitalismo se fortalece. Eles seriam forças antagônicas, proporcionalmente inversas? As empresas visariam o lucro, e somente isso? O capitalismo tem a função de aumentar o bolo da economia e exige centros de poderes privados, livres de uma intervenção estatal. Sem objetivos políticos específicos, a governança corporativa apresenta-se com uma função de fornecer capacidade de organização em um grupo em relação às empresas ou setores financeiros e econômicos. Atualmente aspectos dessa governança são aplicados no setor público. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) fornece orientações e suportes para a sua implementação, a qual envolve, além das empresas e bancos, os *stakeholders*, ou seja, os empregados, os clientes, os fornecedores e toda a comunidade relacionada, direta ou indiretamente, com as organizações. Pressionar as empresas para serem mais virtuosas é um mecanismo eficaz devido à falta de controle em resolver questões sociais complexas, que deveriam ser atribuições do Estado. A falsa ideia de poder, de ter e de ser, levou a sociedade contemporânea a consumir compulsivamente. Tudo isso produziu um reflexo quase imediato: estar-se diante de uma economia desenfreada. Essas atividades podem ser encaradas como estratégias de negócios, por gerar um retorno financeiro e novas oportunidades com mercados mais sensíveis. Ressaltam-se, desta maneira, as vantagens da governança corporativa. Com a adoção espontânea das práticas neoliberais ou com a imposição delas, por intermédio das economias centrais do capitalismo, todas as estruturas econômicas do mundo se imbricaram de forma a não existir mais empresas de um país apenas ou bolsas de valores de uma comunidade econômica restrita e, enfim, cidadãos que não sofram o influxo da macroeconomia mundial em seu cotidiano.

¹ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Adjunto da mesma instituição.

² Doutoranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

³ Doutorando em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC